USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Veículo: Panorama Rural
Data: 01/09/2011
Caderno / Página: Seguro Agrícola / 24 a 27
Assunto: Risco calculado

Implantação do seguro de renda é uma das principais prioridades para o avanço da produção de soja

Risco calculado

Setor agrícola necessita de sistema de seguro que garanta a cobertura de oscilações de preços, além das variações climáticas

Renato Anselmi

O Brasil precisa cuidar da competitividade de sua produção agropecuária, afastando ou minimizando os transtornos e os prejuízos causados por variações climáticas e de preços, para cumprir seu papel estratégico como protagonista na área de segurança alimentar mundial, conforme avaliação de especialistas e produtores.

Além de resolver gargalos do atual sistema de seguro rural, o agronegócio nacional necessita de um modelo que garanta renda, mesmo em momentos de oscilações de preços.

Alguns passos começam a ser dados nessa direção, como o lançamento do Seguro Faturamento Agrícola, voltado inicialmente para a soja.

Para o presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Cesário Ramalho da Silva, a prioridade do setor agropecuário, atualmente é o seguro rural.

De acordo com ele, os agricultores não querem apenas um sistema de seguro voltado para garantir o pagamento de financiamentos, que acaba contemplando os banqueiros.

"O produtor está inseguro. Precisa de um seguro de renda", constata.

Cesário Ramalho afirma que a atividade agropecuária apresenta um volume grande de demandas. Segundo ele, os ruralistas estavam centralizando suas forças no Código Florestal.

Em seguida, o Plano Safra 2011/12 atraiu as atenções dos produtores. Agora, o seguro rural, que estava difícil de evoluir, deverá se tornar prioridade. Na avaliação dele, é hora de sensibilizar a presidenta da República para que ela faça uma opção política pelo seguro rural.

"A presença da presidenta no lançamento do Plano Safra, em Ribeirão Preto, é um sinal de respeito ao agronegócio", constata. Cesário Ramalho destaca que Dilma Rousseff declarou que o Brasil é protagonista na área de produção de alimentos.

Segundo o presidente da SRB, é necessário aproveitar o momento e colocar este tema na agenda do setor. Para ele, o País precisa de um sistema de seguro rural que seja compatível ao papel que deve desempenhar no mundo.

"Mas, isto não será possível se não tiver subsídio do governo", afirma.

Seguro de renda - De nada adianta "bater no peito" e dizer que o Brasil é o celeiro do mundo, se não ocorrer a adoção de medidas, como o seguro de renda, que diminua riscos e torne a atividade mais competitiva.

Essa opinião é de Roger Augusto Rodrigues, coordenador da Comissão de Crédito, Comercialização e Gestão de Riscos da Associação dos Produtores de Soja do Estado de Mato Grosso (Aprosoja), com sede em Cuiabá.

Para Roger Rodrigues, o seguro de produção - que é a modalidade prevista no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) – não atende as necessidades de produtores de muitos Estados, como Mato Grosso, onde não ocorrem grandes perdas por causa de variações climáticas.

Ele observa que o programa pode proporcionar benefícios, por exemplo, para a região Sul devido aos prejuízos gerados por granizo e geada.

Com a cobertura de uma produtividade agrícola considerada baixa – calculada de acordo com levantamento do IBGE -, os agricultores se mostram, em diversos casos, insatisfeitos com o PSR.

"O produtor gasta dinheiro com seguro, mas não obtém benefícios em várias situações.

Para Roger Rodrigues, o seguro de produção não atende as necessidades de produtores de Estados como o MT

O programa acaba sendo uma garantia de pagamento do financiamento do banco", critica.

Os percentuais de subvenção na modalidade agrícola do PSR variam entre 40% e 70% conforme a cultura produzida. O limite máximo é de R$ 96 mil. Feijão, trigo e milho (segunda safra), por exemplo, recebem 70% de subvenção. Para as modalidades pecuárias, de florestas e aquícola, a subvenção é de 30%, com teto de R$ 32 mil.

O limite do valor da subvenção torna o programa menos interessante para grandes fazendas, localizadas principalmente no Rio Grande do Sul e Mato Grosso, segundo Vitor Ozaki, coordenador do Grupo de Estudos em Seguros e Riscos (Geser), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, (Esalq/USP), de Piracicaba, SP.

Endividamento - A variação cambial e a queda na cotação na Bolsa de Chicago estão entre as principais turbulências enfrentadas por produtores de soja que tiveram grandes prejuízos nos últimos anos, segundo Roger Rodrigues.

Em consequência disso, ele defende a necessidade do governo definir, com urgência, um programa de subvenção ao seguro de renda.

Sem contar com esta modalidade, produtores de soja contraíram dívidas devido a queda de preços do produto e deixaram de investir em mão de obra, tecnologia e outras melhorias visando o aumento de eficiência de produtividade.

Produtor de soja, com uma área plantada de 2.500 hectares no município de Diamantino, em Mato Grosso, Roger Rodrigues também se endividou, como a maioria dos agricultores que atua nessa área no Estado.

"A minha dívida com o banco foi negociada, prorrogada, parcelada", resume.

Ele considera que a implantação do seguro de renda é uma das principais prioridades de Mato Grosso para o avanço da atividade. "Está em segundo lugar, perdendo apenas para a logística", observa.

Primeiros passos - A questão do seguro de renda já começa a aparecer, de uma maneira ou de outra, na agenda do setor. O próprio ministro da Agricultura, Wagner Rossi, chegou a declarar no início do ano, que o governo pretende implantar gradualmente um sistema de seguro rural pleno, voltado para a cobertura de oscilações climáticas e de preço.

Roger Rodrigues, da Aprosoja, diz que existe, atualmente, uma proposta de criação de um fundo segurador, para ser utilizado como seguro de renda, que seria formado a partir da contribuição do produtor e com verba do governo.

Na avaliação dele, desta forma, o próprio agricultor poderá ficar com o ônus da cobertura proporcionada por esse fundo.

"É preciso que os três segmentos, representados por seguradora, produtor e governo, encontrem uma solução", sugere.

Outro indício que o seguro, voltado para variações climáticas, deverá evoluir para um sistema que faça também a cobertura das oscilações de preço é a chamada pública, lançada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), para o recebimento de sugestões e comentários para a minuta que altera resolução sobre o seguro rural e propõe a criação da nova modalidade, conforme informações de Vitor Ozaki, do Geser, que é também professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP.

Nova modalidade – Uma novidade nessa área é o Seguro Faturamento Agrícola que foi lançado, em julho, pelo Banco do Brasil e a Mapfre. Essa nova modalidade, voltada inicialmente para a cultura da soja, tem a finalidade de oferecer proteção contra prejuízos causados pela variação do preço do produto.

O agricultor pode contratar co-

Feijão, trigo e milho segunda safra (foto) recebem 70% de subvenção do Prêmio Seguro Rural

BANCO DE DADOS

Informações de qualidade e precisão

Um grande gargalo do setor de seguro rural é a falta de informações detalhadas e de qualidade. Quem afirma isto é o coordenador do Geser, Vitor Ozaki, que defende a necessidade do mercado ser munido por dados precisos nas áreas climática, agrícola (manejo da cultura, uso de irrigação, etc), econômica e de pedologia.

"O ideal seria cada fazenda contar com uma estação meteorológica", diz.

De acordo com ele, somente o Estado do Paraná oferece informações com melhor qualidade e precisão.

Um passo importante para mudar essa situação de precariedade de informações, na área de seguro rural, está sendo dado pelo próprio Grupo de Estudos em Seguros e Riscos que tem trabalhado na criação de um banco de dados, a partir do tratamento estatístico de informações disponibilizadas por diversas instituições.

Agências como o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (Cptec), Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Agência Nacional da Água (ANA), além de dados gerados por dois satélites que são utilizados no sensoriamento remoto aplicado à agricultura.

O Geser programou a veiculação de informações referentes ao Paraná, em meados de julho, no site www.esalq.usp.br/geser.

Vitor Ozaki informa que a meta é elaborar e disponibilizar, em dois anos, bancos de dados dos Estados do Centro-Sul.

Ele defende também a criação por parte do governo federal de um núcleo de inteligência de seguro rural, ligado à área de informação, que poderia inclusive realizar um trabalho integrado com o Geser. Com sede na Esalq/USP, onde foi fundado, este grupo de pesquisa em seguros e riscos conta com a participação da Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal de Pelotas.

bertura até 75% do faturamento esperado. Caso haja redução dos ganhos em decorrência da diminuição de produtividade por causa de evento climático ou por queda de preço da soja no mercado, o seguro indenizará a diferença.

Está prevista uma subvenção federal de 50% do Prêmio.

O Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre pretende contar inicialmente com três mil apólices, cerca de R$ 20 milhões em prêmio.

A expectativa é a cobertura de R$ 500 milhões em apólices no primeiro ano-safra. A intenção é lançar essa nova modalidade de seguro para a cobertura de outras culturas

Atraso e estresse - O sistema de seguro rural, além de ser aprimorado, precisa também recuperar a sua credibilidade, que foi "arranhada" por atrasos de pagamentos às seguradoras por parte de governo federal.

Na safra 2009/10, houve a demora de pagamento de R$ 90 milhões e no ciclo 2010/11, o valor em atraso, que já foi quitado, ficou em R$ 130 milhões, segundo Vitor Ozaki.

"Essa situação gera estresse no mercado", observa.

Para a safra 2011/12, estão destinados R$ 406 milhões.

"Existe receio que ocorra novo atraso no pagamento da subvenção", constata.

O presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), Cesário Ramalho da Silva, diz que o governo federal precisa tratar o seguro rural com seriedade. Ele considera como um fato bastante negativo o atraso no pagamento da subvenção.

Cesário Ramalho relata que o atraso afetou inclusive o programa de seguro voltado ao pequeno produtor, no Estado de São Paulo, que tem a participação do governo federal.

Outra necessidade do setor é a regulamentação do Fundo de Catástrofe que é um mecanismo para garantir a sobrevivência de seguradoras em situações de eventos climáticos desastrosos, de acordo com Vitor Ozaki.

A lei de criação do fundo, que tem a finalidade de proporcionar cobertura suplementar dos riscos do seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, aquícola e florestal, foi sancionada em agosto do ano passado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Além de regulamentação, o Fundo de Catástrofe precisa de recursos para que seja viabilizado", avalia o presidente da SRB, Cesário Ramalho.